

# CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

## ATA N.º 23/2012

DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA TRINTA E UM DE AGOSTO DE DOIS MIL E DOZE

(Contém 16 folhas)

### MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----  
VEREADOR **Hugo Louro da Rosa**-----  
VEREADOR **Duarte Nuno Machado Veríssimo**-----  
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----  
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----  
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----  
VEREADOR **Alonso Teixeira Miguel**-----

### MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----  
VEREADORA -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----

No dia 31 de agosto de 2012 realizou-se na sala das sessões do edifício dos Paços do Concelho a reunião extraordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas nove horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

### Período da Ordem do Dia

### DELIBERAÇÕES DIVERSAS

#### Projeto de Decreto Regulamentar Regional que procede à suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo para a construção de um Centro de Dia na freguesia das Doze Ribeiras e de um Lar de Idosos na freguesia dos Altares

Ent. 4539 - Ofício n.º SAI-VPGR/2012/5016, de 2012/08/27, do Gabinete do Vice-Presidente do Governo Regional, respeitante ao Projeto de Decreto Regulamentar Regional que procede à suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Angra do Heroísmo tendo em vista a construção de um Centro de Dia na freguesia das Doze Ribeiras e de um Lar de Idosos na freguesia dos Altares, para efeitos de audição da câmara municipal, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 100º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (publicado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua redação atual).-----

Encontra-se munido de pareceres do Chefe de Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística. – **A Câmara Municipal retirou este assunto, devendo o mesmo ser reagendado numa próxima reunião do executivo municipal.**-----

A Presidente sugeriu que o presente assunto fosse retirado da agenda, atendendo a que não há tempo útil para aprovar o mesmo antes da alteração da legislação, ressalvando que se trata de um processo complicado.-----

A Presidente sugeriu, ainda, mediante aprovação de todos, que se substituísse a discussão deste assunto por outro, abordado na última reunião de Câmara, que disse estar relacionado com o PDM, atendendo a que foi submetido a parecer vinculativo da

Direção Regional da Organização e Administração Pública (DROAP) a suspensão parcial do PDM e atendendo aos vários processos de agricultores que estão em apreciação e que estão condicionados a candidaturas a fundos comunitários. Propôs, ainda, que se submeta à Assembleia Municipal a proposta de suspensão parcial do PDM e o estabelecimento de medidas preventivas, aprovação que disse ficará condicionada até à receção do parecer favorável da DROAP.-----

O Vereador António Ventura questionou quais as implicações práticas dessa aprovação.-----

A Presidente deu conta que se o assunto for já apreciado poderá autorizar o levantamento da licença de obra, que fica a aguardar resposta da DROAP e da Assembleia Municipal para a licença de utilização. Concluiu que desta forma, com um intervalo de quinze dias, dão tempo aos agricultores para entregarem os documentos necessários.-----

O Vereador António Ventura considerou uma boa medida antecipar todos os procedimentos burocráticos. A Presidente concluiu que se trata de simplificar o processo.-----

### **Suspensão parcial do PDM e estabelecimento de medidas preventivas**

Ent. 1321 – Proposta da Presidente da Câmara, datada de 29 de agosto de 2012, no sentido de submeter à Assembleia Municipal, a proposta de suspensão do Plano Diretor Municipal e de Estabelecimento de Medidas Preventivas, condicionando à receção de parecer favorável da DROAP. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar o proposto.**-----

### **Bolsangra**

Ents. 1227 e 4542 - Novamente presente a proposta da Presidente da Câmara, datada de 6 de agosto corrente, com vista a deliberação pelo órgão executivo das regras a fixar para a atribuição de Bolsas no ano letivo de 2012/2013, nos termos dos artigos 4.º, 7.º, 9.º, e 10.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo do Concelho de Angra do Heroísmo.-----

Vem acompanhada de resposta do Observatório do Emprego e Formação Profissional e de informação de Técnico Superior da área de Sociologia. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar esta proposta, com as seguintes alterações, no que se refere às áreas prioritárias:**-----

**- Medicina convencional**-----

**- Informática**-----

**- Ciências do mar**-----

**- Energias renováveis**-----

**- Economia e gestão**-----

**Sobre este assunto, os Vereadores do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto:**-----

**“Na nossa opinião, isto não resulta de um estudo documentado sobre as necessidades, resulta enfim de uma sensibilidade que todos nós tivemos aqui e que demos alguns contributos para isso.”**-----

A Presidente deu conta que entrou na Câmara a resposta do Observatório do Emprego e Formação Profissional. Apontou de seguida que a informação dos técnicos indica que a resposta não é concreta e que, portanto, não há indicação das áreas mais deficitárias, mas sim dos cursos que são mais e menos procurados, concluindo que não se trata dos dados que necessitam. A Presidente ressaltou que as bolsas entram em vigor em setembro e que por isso terão de tomar uma decisão.-----

O Vereador Fernando Dias questionou qual foi a proposta do ano transato. Indicou que os vereadores do PSD se questionam sobre os critérios com que foram escolhidos os cursos constantes da proposta, anotando não ter encontrado fundamentos para esse seleção. Ressaltou, de seguida, que a resposta do Observatório do Emprego e Formação Profissional destaca apenas os cursos mais procurados pelos alunos da Região: Medicina, Gestão, Direito e Psicologia. Concluiu que apesar de a Câmara não ter tido com a resposta uma indicação concreta deverá ter em conta o documento sobre “a consulta do estudo das necessidades de formação profissional das empresas 2011/2012”, do qual destacou a lista das profissões solicitadas a nível Açores, bem como a respeitante à ilha Terceira, que apesar de serem genéricas poderiam ser

cruzadas com outros dados, por forma a apurar conclusões mais específicas, realçando ainda o papel da câmara do comércio.-----

A Presidente reafirmou que não se conseguiu obter dados concretos sobre as áreas com profissionais em falta no Concelho, apontando que a informação fornecida pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional vai no sentido da preferência dos alunos e não das necessidades. Nesse sentido, concluiu que o critério terá ser definido a partir da observação direta da realidade. Colocou ainda a hipótese de os vereadores terem dados que possam contribuir para a definição das áreas prioritárias. Sublinhou que nesta altura é difícil conseguir perceber quais as áreas deficitárias, uma vez que há muito desemprego. A Presidente indicou, de seguida, que se pode ainda ir no sentido de definir quais as áreas em que se deve apostar, apontando a propósito a exploração do mar, através da pesca, aquacultura, entre outras áreas.-----

O Vereador Fernando Dias constatou que as maiores empresas do Concelho operam ao nível do comércio, depois na construção civil e indústrias transformadoras na área alimentar.-----

O Vereador Alonso Miguel considerou que criar um novo mercado de emprego não é tarefa fácil, mas que tal terá de ser feito com pessoas preparadas e formadas para tal.---

O Vereador Fernando Dias indagou se existem empresas para manter essas pessoas, defendendo que primeiro devem ser criadas as estruturas. Realçou, ainda, que o critério que for adotado poderá transmitir uma falsa informação, que poderá levar os jovens a investir em determinadas áreas que depois não têm emprego para lhes oferecer.-----

O Vereador Alonso Miguel reforçou a tónica na exploração do mar, anotando que presentemente quem quer investir nesta área não encontra pessoas qualificadas.-----

O Vereador Fernando Dias indicou que o inquérito aos alunos de Biologia Marinha revela que uma parte deles nem está a pensar regressar à Região. O Vereador Alonso Miguel acrescentou que percebia que estes não voltassem, tendo em conta as estruturas disponíveis.-----

O Vereador António Ventura anotou o descontentamento com a falta de suporte técnico para que possam tomar uma decisão sobre esta questão, ressaltando a importância da mesma, que disse ocupar recursos importantes da Câmara, manifestando a sua importância no sentido da promoção do emprego em novas áreas, bem como no apoio à formação. Considerou, ainda, que obtiveram uma resposta vaga e sem conteúdo ao pedido de informação a quem de direito e a quem deveria ter na sua posse os dados necessários. Assinalou que o descontentamento da Câmara deverá ser transmitido à respetiva entidade. Considerou que todos têm, através do contacto com os Municípios, uma noção da realidade local, nomeadamente em relação aos jovens, cuja taxa de desemprego apontou estar na ordem dos 40%, acrescentando ser a maior do país. Salientou, ainda, que não há nenhuma área onde não se encontre um desempregado à exceção da Medicina. Apesar de ser tarde para se obter essa informação, afirmou que as opções tomadas pela Câmara deveriam ter em conta, por exemplo, as sensibilidades e as opiniões das escolas.-----

A Vereadora Teresa Valadão manifestou que é muito difícil ter acesso a essa informação, uma vez que os alunos estão muitas vezes, até ao final do secundário, inclusive com exames nacionais feitos, sem saber que áreas vão seguir. Acrescentou que muitos acabam por seguir aquelas que têm mais saída profissional, mas que outros ainda seguem outras áreas, como a das ciências humanas, apesar de estarem lotadas. A Vereadora Teresa Valadão apontou, ainda, ter tido conhecimento que a área da exploração do mar é uma boa aposta, tendo em conta a sua dimensão, as suas potencialidades e a sua riqueza, considerando que têm de ser criadas as estruturas para que haja integração no mercado de trabalho dos licenciados.-----

A Presidente deu conta que as áreas prioritárias votadas no ano transato foram: Medicina, Engenharia Civil, Energias Renováveis, Engenharia Informática e Arquitetura, assinalando que a segunda e a última estão já igualmente lotadas. Indicou, ainda, que as áreas não prioritárias eram: Ciências Sociais, Ciências de Educação e Ensino e Educadores de Infância. A Presidente considerou que, de acordo com o rumo da discussão, deve-se reduzir o número das áreas prioritárias, sugerindo que se mantenha a Medicina convencional e a Informática de uma forma genérica, as Energias Renováveis e as Ciências do Mar.-----

Em relação às Energias Renováveis, o Vereador Alonso Miguel afirmou que está de acordo com a definição desta área como prioritária, anotando que apesar disso o curso já existe há pelo menos dois anos na Região, podendo ficar lotado a curto prazo. O Vereador António Ventura colocou a hipótese dos recém-formados nesta área seguirem para mestrado, defendendo que a área das Energias Renováveis deverá continuar a ser prioritária.-----

A Presidente concluiu que as áreas prioritárias serão: Medicina convencional, a Informática de uma forma genérica, as Energias Renováveis e as Ciências do Mar.-----

O Vereador Fernando Dias reportou-se novamente aos cursos mais concorridos pelos alunos, anotando o facto de Direito e Psicologia estarem lotados, ao contrário da Gestão e Economia. A Presidente concordou, indagando se o vereador propõe acrescentar Economia e Gestão como áreas prioritárias. O Vereador Fernando Dias assentiu. A Presidente realçou a relevância dessas áreas, anotando a importância destes profissionais acompanharem as empresas.-----

A Presidente fez o ponto de situação, apontando as cinco áreas prioritárias: Medicina convencional, Energias Renováveis, Ciências do Mar e Economia e Gestão. Apontou, ainda, que as áreas não prioritárias são: Engenharia do Ambiente e Ciências Sociais, nomeadamente Psicologia, Serviço Social, Sociologia, entre outras, Ciências da Educação via ensino e Educadores de Infância. Concluiu que as restantes áreas são intermédias, sendo pontuadas pela metade.-----

### **3.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2012 da Câmara**

#### **Municipal**

Ent. 1308 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 28 de agosto corrente, para deliberação do órgão executivo, no sentido de submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 3ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2012, nos termos do ponto 8.3 do POCAL (DL nº 54 – A/ 99 de 22 de Fevereiro), e em conformidade com o disposto na alínea a), do n.º 6 do artigo 64.º e a alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A / 2002 de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções dos Vereadores**

**do PSD e do Vereador do CDS-PP, aprovou esta revisão e deliberou submeter a mesma à Assembleia Municipal, nos termos citados.**-----

A Presidente deu conta que a revisão pretende inserir duas receitas não previstas, anotando ter entrado em contato com o Vereador Artur Lima, que disse não se opor. Indicou que uma das receitas diz respeito à alienação de propriedade do direito de superfície, no valor de cerca de trinta e sete mil euros e a segunda, no valor de quatro mil, trezentos e cinquenta euros, que explicou dizer respeito ao programa PRORURAL e ao painel dinâmico.-----

A Presidente informou de seguida que terão de ser feitas algumas adaptações na área dos recursos humanos, designadamente a retirada da verba para o recrutamento de pessoal e as remunerações por doença, maternidade e paternidade. Anotou que é reforçada a indemnização por cessação de funções de dois funcionários que se vão reformar.-----

Destacou, de seguida, a questão dos terrenos da Escola da Ribeirinha, recordando a situação da passagem das infraestruturas pelos terrenos do antigo proprietário da pocilga, que será retirada.-----

O Vereador Fernando Dias questionou se esse montante é um complemento. A Presidente respondeu positivamente, explicando que o valor da constituição da certidão de aqueduto para as infraestruturas passarem é de cinco euros, concluindo que estão em fase de apuramento do valor final. Indicou ainda a indemnização por desativação da exploração suína, dando conta que durante a corrente semana o valor deverá ser apurado, assinalando que comunicará aos vereadores qual será. O Vereador Fernando Dias indagou se é apenas parte do valor total. A Presidente assinalou que o valor até pode estar acima do real, anotando que foi feita a transposição dos quinze mil euros, que disse ser uma estimativa.-----

A Presidente acrescentou a questão da Escola de Santa Bárbara, que recordou terem debatido em anterior reunião, cuja rubrica disse que será aberta apenas com cinco euros, para o caso de avançarem, não havendo nada a executar entretanto.-----



A Presidente fez referência, seguidamente, a um projeto antigo que, por lapso, não foi englobado no Orçamento. O Vereador Fernando Dias indicou tratar-se do Infantário de São Sebastião. A Presidente confirmou, acrescentando que se trata da inserção do projeto de execução.-----

A Presidente anotou, ainda, uma proposta da Junta de Freguesia das Cinco Ribeiras que propõe a alteração da intervenção numa canada por outra, que serve melhor os interesses da freguesia, no âmbito da delegação de competências. A Presidente esclareceu que nesta fase esta aparece duplicada, por ser um valor que será transferido e depois corrigido. A Presidente ressaltou que deverão receber a mesma proposta por parte de outras juntas de freguesia, que disse terem-lhe falado no mesmo assunto.-----

O Vereador Fernando Dias afirmou que a posição dos vereadores do PSD sobre o ponto em discussão é de abstenção. O Vereador Alonso Miguel deu igualmente conta que a posição do CDS-PP é de abstenção.-----

### **Minoração da Taxa de IMI nas Freguesias da Serreta, Doze Ribeiras, Santa Bárbara, Altares e Raminho**

Ent. 1307 - Proposta da Presidente da Câmara, datada de 27 de agosto de 2012, no sentido de ser submetida à apreciação do órgão deliberativo municipal a minoração da taxa no valor de 30% para as Freguesias de Doze Ribeiras, Serreta e Santa Bárbara e no valor 30% para as freguesias de Altares e Raminho, incidente sobre os prédios rústicos, urbanos e urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), vigente no ano de 2012, em conformidade com o art. 112.º, n.º 6 do CIMI.

**- A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com a proposta, com a alteração no sentido de a minoração da taxa ser também de 30% para as freguesias de Altares e Raminho e deliberou submeter a mesma à Assembleia Municipal nos termos citados.-----**

A Presidente apontou não ter feito qualquer alteração à proposta que tinha sido elaborada no ano passado, ressaltando que são os limites que se pode ainda minorar.---

O Vereador Fernando Dias confirmou que a proposta é a mesma do ano transato, questionando a razão dos Altares e Raminho terem uma minoração de 15%, quando Doze Ribeiras, Serreta e Santa Bárbara têm 30%.-----

O Vereador Alonso Miguel deu conta de se recordar de ter referido, na reunião do ano transato a questão dos Censos, em termos de crescimento populacional, destacando que foi a razão para não ter sido incluída a freguesia de São Bartolomeu.-----

A Presidente concordou, acrescentando que se trata de uma medida que visa o combate à desertificação, que disse ter a ver com o número de habitantes. Destacou que as freguesias das Doze Ribeiras e Serreta são as que têm menos população, à semelhança de Santa Bárbara. Anotou que Altares e Raminho têm uma população um pouco maior, mas que com os novos Censos estão equilibradas.-----

O Vereador Fernando Dias considerou que devia minorar para os trinta por cento as freguesias em causa.-----

O Vereador Alonso Miguel questionou se esta minoração se pode conceder ou não. O Vereador Fernando Dias respondeu afirmativamente, bem como a Presidente, que acrescentou que a situação está prevista na lei, tal como é referido no quarto parágrafo da proposta da própria.-----

A Presidente disse ter uma questão em relação às propostas, nomeadamente em relação ao facto de ter um terreno na freguesia de Santa Bárbara e de se morar na zona classificada, que é a proposta seguinte. Nesse sentido, deu conta de ter pedido com o Vereador José Élio Ventura para que fosse este a apresentar as propostas, altura em que o mesmo lhe disse que tem igualmente uma casa na zona classificada. A Presidente disse que se for por esta lógica ninguém poderá aprovar esta proposta na Assembleia Municipal, uma vez que os presidentes de junta estão todos a votar em causa própria, ressaltando ainda que muitos dos vereadores desta Câmara também moram na zona classificada e que se fossem a sair todos não seria possível reunir quórum.-----

O Vereador Fernando Dias indicou que esta questão nunca foi levantada.-----

A Presidente fez saber que quis dar conta da questão, acrescentando que todos terão eventualmente um parente numa das freguesias em causa, mas que desta forma teriam todos de se retirar da sala e que assim ninguém votava.-----

O Vereador Fernando Dias deu conta que era bom verem as possibilidades em termos legislativos em relação à zona classificada. Reportou que é possível aumentar até 30% as taxas para prédios urbanos degradados, questionando se é do interesse do Município encarar uma proposta deste género.-----

A Presidente manifestou que faria todo o sentido aplicarem essa regra noutro contexto económico diferente do atual.-----

O Vereador António Ventura assinalou que esta era uma das propostas do PSD para o Plano e Orçamento de 2012.-----

O Vereador Alonso Miguel manifestou ter memória de ter sido feita uma proposta no sentido de ser efetuado um levantamento dos prédios degradados. Proposta que o Vereador António Ventura deu conta de ser igualmente do PSD. O Vereador Alonso Miguel concluiu que lhe nunca chegou nenhuma informação em relação a esse assunto.-

O Vereador Fernando Dias deu conta que há ainda a possibilidade de reduzir até 20% as taxas para prédios urbanos arrendados. Concluiu que quis deixar estas questões no ar, sobre as quais anotou que seria importante refletir. A Presidente concordou.-----

A Presidente aproveitou a ocasião para solicitar aos vereadores que lhe façam chegar as suas propostas para o Plano e Orçamento de 2013.-----

O Vereador António Ventura deu conta que fará chegar as propostas depois das eleições regionais de outubro, considerando que os resultados serão determinantes para a definição de uma política.-----

A Presidente concluiu que esta é uma opção dos vereadores, anotando apesar disso a questão do orçamento participativo. O Vereador António Ventura disse que o orçamento participativo está assente desde a discussão do Plano e Orçamento do corrente ano. Acrescentou ainda que não é necessário aplicar esta fórmula do orçamento participativo

de uma forma rígida, referindo que poderá ser um processo crescente e de adaptação. Acrescentou que nesta fase pode fazer-se uma consulta prévia aos Municípios e às instituições para apresentarem sugestões, o que considerou ser uma forma de democracia participativa e de construir um orçamento participativo.-----

A Presidente concordou, concluindo que voltará a abordar o assunto na próxima reunião.-----

### **Minoração da Taxa de IMI na Zona Classificada de Angra do Heroísmo**

Ent. 1303 - Proposta da Presidente da Câmara, datada de 27 de agosto de 2012, no sentido de ser submetida à apreciação do órgão deliberativo municipal, a minoração da taxa no valor máximo de 30%, incidente sobre os prédios urbanos e urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), vigente no ano de 2012, sítios na área territorial abrangida pelos limites da Zona Classificada de Angra do Heroísmo, definidos no art. 3.º, n.º 1 do supra citado Decreto Legislativo Regional n.º 15/2004/A, de 6 de Abril, tendo em vista a sua reabilitação urbana, em conformidade com o art. 112.º, n.º 6 do CIMI. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com a proposta e deliberou submeter a mesma à Assembleia Municipal nos termos citados.**-----

### **Taxas referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2012**

Ent.1302 - Proposta da Presidente da Câmara, no sentido de serem fixadas as taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar para o ano de 2013 no valor de 0,5 % para os prédios urbanos e no valor de 0,3 % para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) a ser submetida à apreciação do órgão deliberativo municipal, em conformidade com o art. 112.º, n.º 5 do CIMI. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com a proposta e deliberou submeter a mesma à Assembleia Municipal nos termos citados.**-----

## **Alteração de reunião do executivo municipal**

Proposta verbal da Presidente da Câmara, no sentido de ser alterada a reunião do executivo municipal do dia 10 de setembro próximo, para o dia 11 do mesmo mês, pelas 14H00, em virtude de o citado dia ser a tradicional segunda feira da Serreta. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com a alteração proposta.-----**

## ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....